



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	10980.010661/2007-95
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>2101-001.336 – 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	26 de Outubro de 2011
<b>Matéria</b>	IRPF
<b>Recorrente</b>	REGIS AUGUSTO BLAUTH
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF**

Exercício: 2003

IRPF – GLOSA

Comprovado o equivoco cometido pelo Recorrente, que declarou como “imposto complementar” valores pagos a titulo de Imposto de Renda Pessoa Física, deve este pagamento ser deduzido do imposto devido no exercício em questão.

Recurso Voluntário Provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

*(assinado digitalmente)*

---

Luiz Eduardo de Oliveira Santos - Presidente.

*(assinado digitalmente)*

---

Gilvanci Antônio de Oliveira Sousa - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: José Raimundo Tosta Santos, Luis Eduardo de Oliveira Santos, Gilvanci Antônio de Oliveira Sousa, Célia Maria de Souza Murphy, Gonçalo Bonet Allage, Alexandre Naoki Nishioka.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001  
Autenticado digitalmente em 19/01/2012 por GILVANCI ANTONIO DE OLIVEIRA S, Assinado digitalmente em  
19/01/2012 por GILVANCI ANTONIO DE OLIVEIRA S, Assinado digitalmente em 01/02/2012 por LUIZ EDUARDO  
DE OLIVEIRA SANTO

Impresso em 14/02/2012 por VILMA PINHEIRO TORRES - VERSO EM BRANCO

## Relatório

### AUTUAÇÃO

Contra o contribuinte acima identificado foi lavrado o Auto de Infração de fls. **4 a 10**, referente a Imposto de Renda Pessoa Física, exercício 2003, para lançar infração de dedução indevida de contribuição à previdência privada, R\$ 3.388,50, em face da comprovação parcial por meio do comprovante anual de rendimentos e dedução indevida de imposto complementar, R\$ 4.343,97, por falta de comprovação, formalizando a exigência de imposto complementar no valor de **R\$5.275,81**, acrescido de multa de ofício e juros de mora.

### IMPUGNAÇÃO

Cientificado do lançamento, o contribuinte apresentou impugnação (**fls.1/2**), acatada como tempestiva, alegando que o auto de infração não considerou o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pago ao Fundo BRADESCO Conta VIP – Vida e Previdência – CNPJ 51.990.695/0001-62 - valor esse que somado ao valor pago à FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNPJ 75.054.940/0001-62 -, totaliza R\$ 33.049,93, montante superior ao desconto máximo permitido de 12% da renda bruta (R\$ 136.986,11), no caso R\$ 16.438,33.

### ACÓRDÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

A Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento julgou procedente em parte o lançamento, em julgamento consubstanciado na seguinte ementa (**fl. 29**):

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 2003

GLOSA DO IMPOSTO COMPLEMENTAR. MATÉRIA NÃO IMPUGNADA.

Considera-se não impugnada a parte do lançamento contra a qual o contribuinte não se manifesta expressamente.

CONTRIBUIÇÃO A PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPROVAÇÃO.

Restabelece-se a dedução da contribuição à previdência privada, devidamente comprovada, obedecido o limite legal.

Impugnação Procedente em Parte

Crédito Tributário Mantido em Parte

O julgador de 1<sup>a</sup> instância fundamentou seu voto nos seguintes termos (**fls. 29/30**):

*Analisando-se os demais aspectos preliminares do processo, consoante disposto no art. 17 do Decreto nº 70.235, de 1972, com a redação do art. 67 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, considera-se não impugnada a parte do lançamento contra a qual o contribuinte não se manifesta expressamente, no caso, a glosa do imposto complementar, R\$ 4.343,97, que resulta no mesmo valor de imposto suplementar acrescido dos consectários legais.*

*Quanto A dedução de contribuição A previdência privada, encontram-se comprovadas, As fls. 12 a 17, contribuições junto A Bradesco Vida e Previdência, CNPJ 51.990.695/0001-37, no total de R\$ 20.000,00, que somadas A parcela dessas contribuições comprovadas no informe anual de rendimentos, emitido pela Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, CNPJ 75.054.940/0001-62, R\$ 13.049,93 (fl. 11), totalizam R\$ 33.049,93.*

*Dessa forma, cabe restabelecer o valor da dedução a esse título, pleiteado na declaração de ajuste anual, R\$ 16.438,33, correspondente a 12% dos rendimentos tributáveis declarados e acobertados pelo total de contribuições comprovado.*

*Isso posto, voto no sentido de considerar não impugnada a parte do lançamento contra a qual o contribuinte não se manifesta expressamente, que resulta em R\$ 4.343,97 de imposto suplementar, R\$ 3.257,97 de multa de ofício de 75% e encargos legais, e improcedente a parte impugnada do lançamento, cancelando R\$ 931,84 imposto suplementar,*

*R\$ 698,88 multa de ofício de 75% e encargos legais correspondentes.*

## **RECURSO AO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (CARF)**

Cientificado da decisão de primeira instância em 14/06/2010, o contribuinte apresentou, em 06/07/2010, o recurso de **fls. 33**, onde, através de seu advogado constituído, argumenta que deixou de justificar, em sua defesa à Egrégia 4ª Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Curitiba, a impropriedade consignada por equívoco na Declaração de Ajuste Anual retificadora apresentada em 13/02/2004, equívoco esse que consistiu na informação como imposto complementar do montante alusivo ao débito apurado na referida declaração, no valor de R\$ 4.343,97 (quatro mil, trezentos e quarenta e três reais e noventa e sete centavos), resultando o fato em inconsistência por ocasião da revisão promovida pelo Auditor-Fiscal e a consequente autuação.

O processo foi distribuído a este Conselheiro, numerado até a fl. **61**, que também trata do envio dos autos ao então Primeiro Conselho de Contribuintes.

É o relatório.

## **VOTO**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 19/01/2012 por GILVANCI ANTONIO DE OLIVEIRA S, Assinado digitalmente em 19/01/2012 por GILVANCI ANTONIO DE OLIVEIRA S, Assinado digitalmente em 01/02/2012 por LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTO

Impresso em 14/02/2012 por VILMA PINHEIRO TORRES - VERSO EM BRANCO

Conselheiro Gilvanci Antônio de Oliveira Sousa, Relator.

O recurso é tempestivo e atende às demais condições de admissibilidade, portanto merece ser conhecido.

Não há argüição de qualquer preliminar.

O ponto fulcral desta lide reside em aceitar e/ou não as alegações do Recorrente de ter preenchida sua Declaração de Ajuste Anual com imperfeições e que, por consequência, motivaram a lavratura do Auto de Infração ora questionado.

Analisei o que consta dos autos e entendo assistir razão ao Recorrente, uma vez que considerando que a própria DRJ reestabeleceu a dedução da contribuição para previdência privada, as informações reportadas na DIRPF retificadora apresentada pelo contribuinte em 13/02/2004 estão corretas, bem como o *quantum* devido ao Erário.

Destaque-se ainda que a retificação de DIRPF reportada pelo contribuinte, observou o disposto no art. 147 do CTN e a autoridade lançadora ainda poderia ter revisado o lançamento, *in verbis*:

*Art. 147. O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.*

*§ 1º A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.*

*§ 2º Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.*

Dessa forma, o Recorrente comprova, de forma inequívoca, que o imposto de renda devido e informado na DIRPF retificadora, foi devidamente recolhido, conforme DARFs constantes das fls. 47 e 54.

Diante do exposto, comprovado o erro de fato no preenchimento da Declaração de Ajuste Anual, tendo sido acostado aos autos documentos que possibilitam formar pleno e justo juízo da lide, voto por acolher o pleito contido na exordial recursal, dando provimento ao recurso voluntário, tornando insubstancial a autuação fiscal com a consequente desconstituição do crédito tributário exigido.

(assinado digitalmente)

Gilvanci Antônio de Oliveira Sousa

---

**Despacho Decisório**

**Voto**

CÓPIA